

# CALENDÁRIO

instituição  
em  
concreto  
das  
Regiões  
Administrativas

8  
Novembro  
1998



As disposições legais adiante mencionadas, que não contenham expressa indicação em contrário, são da

Lei nº 15-A/98, de 3 de Abril

**1.** O Presidente da República convoca o referendo e indica a data da sua realização  
(Artº 35º, nºs1 e 2)

**01.09.98**

**2.** Proibição de propaganda política feita, directa ou indirectamente, através de qualquer meio de publicidade comercial em órgãos de comunicação social ou fora deles.  
(Artº 53º)

**Desde 01.09.98**

**3.** Período durante o qual os arrendatários de prédios urbanos poderão afectá-los à preparação e realização da campanha para o referendo, através de partidos e grupos de cidadãos proponentes  
(Artº 69º, nº1)

**De 01.09.98 até 28.11.98**

**4.** Instalação de telefone a requerimento dos partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores por cada município em que realizem actividades de campanha  
(Artº 70º)

**A partir de 01.09.98**

**5.** Entrega à CNE da declaração prestada pelos partidos políticos legalmente constituídos ou por coligações de que pretendem participar no esclarecimento das questões submetidas a referendo  
(Artº 40º)

**Até 16.09.98**

**6.** Constituição e inscrição na CNE de grupos de cidadãos eleitores que pretendam participar no esclarecimento das questões submetidas a referendo  
(Artº 41º)

**Até 16.09.98**

## PROPAGANDA, ACTOS E MEIOS DE CAMPANHA PARA O REFERENDO

**7.** As câmaras municipais anunciam por editais os locais adicionais onde pode ser afixada propaganda  
(Artº 7º D.L. 97/88, 17 Agosto)

**Até 27.09.98**

**8.** As juntas de freguesia estabelecem os locais adicionais para afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos  
(Artº 52º, nº1)

**Até 24.10.98**

**9.** Comunicação à CNE por estações privadas de radiodifusão de âmbito local da pretensão de inserir matéria respeitante à campanha para referendo  
(Artº 59º, nº1)

**Até 12.10.98**

**10.** Indicação à CNE, por estações emissoras de radiodifusão e televisão, do horário dos tempos de antena  
(Artº 60º, nº1)

**Até 17.10.98**

**11.** Comunicação à CNE, por publicações informativas privadas e cooperativas, da pretensão de inserir matéria respeitante à campanha para referendo  
(Artº 55º, nº1)

**Até 24.10.98**

**12.** Distribuição e sorteio pela CNE dos tempos de antena dos partidos e grupos de cidadãos eleitores  
(Artº 62º, nº1)

**Até 24.10.98**

**13.** Declaração à câmara municipal dos partidos e grupos de cidadãos que estão interessados na utilização de salas de espectáculo para propaganda  
(Artº 66º, nº3)

**Até 12.10.98**

**14.** Declaração à câmara municipal dos proprietários das salas de espectáculo que permitem a utilização para a campanha do referendo  
(Artº 66º, nº1)

**Até 17.10.98**

**15.** Atribuição pela câmara municipal do uso das salas de espectáculo, edifícios públicos e outros recintos  
(Artº 66º, nº4)

**Até 24.10.98**

**16.** Período da campanha para o referendo  
(Artº 47º)

**27.10.98 a 06.11.98**

**17.** Proibição de divulgação dos resultados de sondagens ou inquéritos de opinião relativos ao acto referendário.  
(Artº 8º, Lei 31/91, 20 Julho)

**De 01.09.98 a 08.11.98** (até encerr. urnas - 19h)

## **ORGANIZAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO**

**18.** O presidente da câmara determina os desdobramentos das assembleias de voto e comunica-os imediatamente à correspondente junta de freguesia  
(Artº 77º, nº1)

**Até 04.10.98**

**19.** Recurso, das juntas de freguesia ou de 10 eleitores, da decisão sobre os desdobramentos das assembleias de voto, para o governador civil ou ministro da república  
(Artº 77º, nº3)

**2 dias após afix. edital decisão** (até 06.10.98)

**20.** Decisão definitiva do recurso pelo governador civil ou ministro da república (nas regiões autónomas)  
(Artº 77º, nº3)

**2 dias após interp. recurso** (até 08.10.98)

**21.** Recurso da decisão do governador civil ou ministro da república para o Tribunal Constitucional  
(Artº 77º, nº4)

**1 dia após notificação decisão** (até 09.10.98)

**22.** Decisão plenária do Tribunal Constitucional  
(Artº 77º, nº4)

**1 dia após interp. do recurso** (até 12.10.98)

**23.** O presidente da câmara determina os locais de funcionamento das assembleias e secções de voto, comunicando-os às correspondentes juntas de freguesia  
(Artº 79º, nº1)

**Até 09.10.98**

**24.** As juntas de freguesia anunciam, por edital, os locais de funcionamento das assembleias de voto  
(Artº 79º, nº2)

**Até 11.10.98**

**25.** Afixação, pelo presidente da câmara de editais anunciando o dia, hora e locais em que se reunirão as assembleias de voto e o nº de inscrição no recenseamento dos eleitores que lhes correspondem  
(Artº 80º)

**Até 24.10.98**

**26.** A comissão recenseadora procede à extracção de 2 cópias dos cadernos de recenseamento, confiando-as às juntas de freguesia  
(Artº 81º, nº1)

**Até 05.11.98**

**27.** Envio pelo presidente da câmara ao presidente da junta de freguesia de boletins de voto, actas e impressos  
(Artº 81º, nº2)

**Até 06.11.98**

**28.** A junta de freguesia providencia pela entrega do material ao presidente da mesa de cada assembleia de voto  
(Artº 81º, nº3)

**Até às 7.00 horas de 08.11.98**

## **CONSTITUIÇÃO DAS MESAS ELEITORAIS**

**29.** Reunião na junta de freguesia dos representantes dos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores para escolha dos membros das mesas de voto  
(Artº 86º, nº1)

**Às 21.00 horas de 21.10.98**

**30.** Na falta de acordo, os representantes dos partidos e dos grupos de cidadãos eleitores propõem ao presidente da câmara nomes de 2 eleitores por cada lugar ainda por preencher, para que entre eles se faça a escolha, através de sorteio  
(Artº 86º, nº 2)

**Até 24.10.98** (Proposta)  
**e 25.10.98** (Sorteio)

**31.** Afixação do edital na porta da sede da junta de freguesia dos nomes dos membros de mesa escolhidos.  
(Artº 87º, nº1)

**2 dias após acordo ou sorteio** (até 27.10.98)

**32.** Reclamações contra a escolha dos membros, por qualquer eleitor, ao juiz da comarca  
(Artº 87º, nº1)

**2 dias após afixação edital** (até 29.10.98)

**33.** Decisão do juiz, que atendendo as reclamações, procede imediatamente à escolha  
(Artº 87º, nº2)

**1 dia após reclamação** (até 30.10.98)

**34.** O presidente da câmara lavra alvará de designação dos membros das mesas e participa as nomeações ao governador civil e ao ministro da república  
(Artº 88º)

**Até 03.11.98**

**35.** Os partidos e grupos de cidadãos indicam, por escrito, ao presidente da câmara os seus delegados e suplentes às assembleias e secções de voto e apresentam-lhe, para assinatura e autenticação, as respectivas credenciais.  
(Artº 96º, nº1)

**Até 03.11.98**

**36.** Justificação pelos membros de mesa de impossibilidade de exercício de suas funções - e imediata substituição pelo presidente da câmara  
(Artº 89º, nºs 3 e 4)

**Até 05.11.98**

## **VOTAÇÃO, APURAMENTO E CONTENCIOSO**

### **37. Voto antecipado**

a) Podem votar antecipadamente:

1. Os militares que no dia da realização do referendo estejam impedidos de se deslocar à assembleia de voto por imperativo inadiável de exercício das suas funções;
2. Os agentes das forças de segurança que se encontrem em situação análoga à prevista no número anterior;
3. Os trabalhadores marítimos e aeronáuticos, bem como os ferroviários e os rodoviários de longo curso que, por força da sua actividade profissional, se encontrem presumivelmente embarcados ou deslocados no dia da realização do referendo;
4. Os eleitores que, por motivo de doença, se encontrem internados ou presumivelmente internados em estabelecimento hospitalar e impossibilitados de se deslocar à assembleia de voto;
5. Os eleitores que se encontrem presos.  
(Artº 128º, nº1)

b) Os eleitores nas condições dos números 1, 2 e 3, devem dirigir-se ao presidente da câmara do município em cuja área se encontram recenseados, e, provando o seu impedimento, podem aí exercer o seu direito de voto.  
(Artº 129º, nº1)

**De 29.10.98 a 03.11.98**

c) Os eleitores nas condições dos números 4 e 5, podem requerer ao presidente da câmara do município em que se encontre recenseado a documentação necessária ao exercício do direito de voto.  
(Artº 130º, nº1)

**Até 19.10.98**

d) O presidente da câmara envia ao eleitor a documentação necessária, e ao presidente da câmara onde se encontrem os eleitores, relação nominal dos referidos eleitores e a indicação dos estabelecimentos hospitalares ou prisionais abrangidos.  
(Artº 130º, nº2)

**Até 22.10.98**

e) O presidente da câmara do município onde se situa o estabelecimento hospitalar ou prisional notifica os partidos e os grupos de cidadãos eleitores para, se desejarem, nomear delegados.  
(Artº 130º, nº3)

**Até 23.10.98**

f) A nomeação de delegados dos partidos e de representantes dos grupos de cidadãos eleitores é transmitida ao presidente da câmara.  
(Artº 130º, nº4)

**Até 25.10.98**

g) O presidente da câmara - ou substituto por si indicado e devidamente credenciado - desloca-se aos estabelecimentos hospitalares e prisionais.  
(Artº 130º, nºs 5 e 6)

**De 26.10.98 a 29.10.98**

h) O presidente da câmara envia, pelo seguro do correio, o sobrescrito azul à mesa da assembleia de voto em que o eleitor deveria exercer o direito de sufrágio, ao cuidado da respectiva junta de freguesia.  
(Artº 129º, nº9 e 130º, nº5)

**Até 04.11.98**

i) A junta de freguesia remete os votos ao presidente da mesa da assembleia de voto.  
(Artº 129º, nº10 e 130º, nº7)

**Até às 8.00h do dia 08.11.98**

**38.** O governador civil decide sobre a constituição de mais de uma assembleia de apuramento intermédio em distritos com mais de 500.000 eleitores  
(Artº 150º, nº2)

**Até 25.10.98**

**39.** Constituição da assembleia de apuramento intermédio  
(Artº 153º, nº1)

**Até 06.11.98**

**40.** Constituição da assembleia de apuramento geral  
(Artº 165º, nº1)

**Até 06.11.98**

**41. Dia do Referendo** das 8 às 19h  
(Artºs 35º, nº2 e 106º)

**8 Novembro 1998**

**42.** Apuramento parcial  
(Artºs 137º a 149º)

**Dia 08.11.98 imediat. após encerr. votação**

**43.** Devolução ao presidente da câmara municipal dos boletins de voto não utilizados ou inutilizados pelos eleitores  
(Artºs 105º e 137º)

**09.11.98**

**44.** Envio das actas, cadernos e mais documentos respeitantes ao referendo ao presidente da assembleia de apuramento intermédio  
(Artº 149º)

**24 horas após o apuramento parcial (09.11.98)**

**45.** Apuramento Intermédio  
(Artºs 156º a 160º)

**Às 9.00 horas do dia 10.11.98**

**46.** Recurso gracioso perante a Ass. de Apuramento Intermédio das irregularidades ocorridas no decurso da votação ou do apuramento parcial  
(Artº 172º, nº2)

**10.11.98**

**47.** Nova reunião para conclusão de trabalhos, em caso de adiamento  
(Artºs 122º e 156º nº2)

**17.11.98**

**48.** Envio de dois exemplares da acta de apuramento intermédio à Assembleia de Apuramento Geral  
(Artº 160º, nº2)

**Nos 2 dias posteriores ao apuram. intermédio**

**49.** Apuramento Geral  
(Artºs 163º a 169º)

**Às 9.00 horas de 17.11.98**

**50.** Resultados do Apuramento Geral  
(Artº 169º, nº1)

**Até 20.11.98**

**51.** Envio de 2 exemplares da acta de Apuramento Geral à Comissão Nacional de Eleições  
(Artº 167º, nº2)

**Até 22.11.98**

**52.** Elaboração do mapa dos resultados do referendo pela CNE e sua publicação no DR  
(Artº 170º)

**Até 8 dias após recepção da acta de apur. geral**

**53.** Recurso perante o Tribunal Constitucional das irregularidades ocorridas no decurso da votação e das operações de apuramento parcial, intermédio e geral  
(Artº 172º)

**No dia seguinte à afixação do edital com resultados do apuramento geral**

**54.** Resposta dos representantes dos partidos e grupos de cidadãos eleitores  
(Artº 175º, nº3)

**No prazo de 1 dia a contar da notificação**

**55.** Decisão do plenário do TC  
(Artº 175º, nº4)

**Em 2 dias a contar do termo prazo nº anterior**

**56.** Nova eleição em caso de interrupção por tumulto, calamidade, grave perturbação da ordem pública, etc.  
(Artº 122º, nº1)

**15.11.98**

**57.** Repetição da votação em caso de anulação  
(Artº 176º)

**2º domingo posterior à decisão**

## PRESTAÇÃO DE CONTAS

**58.** Prestação discriminada de contas da campanha pelos partidos ou grupo de cidadãos eleitores à CNE  
(Artº 74º)

**90 dias após proclamação oficial resultados**

**59.** Apreciação pela CNE da legalidade das receitas e despesas e da regularidade das contas e publicação no DR  
(Artº 75º, nº1)

**90 dias após termo do prazo anterior**

**60.** Nova prestação de contas pelos partidos ou grupos de cidadãos eleitores, caso se verifiquem irregularidades  
(Artº 75º, nº2)

**15 dias após notificação**

**61.** Remessa das novas contas ao Tribunal de Contas se subsistirem irregularidades insusceptíveis de suprimento imediato e publicação da respectiva decisão  
(Artº 75º, nº3)

**No prazo de 30 dias**

### NOTA

As datas indicadas entre parêntesis constituem limites temporais máximos no pressuposto de os respectivos actos ou notificações terem lugar imediatamente e dentro dos prazos respeitantes à diligência processual que os antecede ou determina, não dispensando contudo, a confirmação pelos interessados das datas exactas junto das entidades competentes.

### MAPA-CALENDÁRIO a que se refere o artº 6º Lei 71/78, 27.12

o seu uso não dispensa a consulta da Lei